

Rio recebe bem nomes da comissão

RIO
AGÊNCIA ESTADO

Enquanto seu presidente, o jurista Afonso Arinos, considerava a comissão constitucional em condições de contribuir para a Assembléia Nacional Constituinte, através de uma formalização jurídica das aspirações nacionais, com a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira, de maneira geral a escolha dos nomes teve ontem mais manifestações de apoio do que de contestação, no Rio.

Afonso Arinos está aberto a sugestões, e pretende entrar em contato com personalidades civis e militares que puderem ajudá-lo a examinar questões de interesse da comissão.

O professor Afonso Arinos não considera sequer razoável a classificação de "elitista", dada por alguns críticos à comissão constitucional, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil, mas alguns juristas já admitiram que, pela primeira vez nos últimos anos, uma posição da Ordem não contou com a solidariedade de importantes representantes do setor, inclusive de membros do Conselho Federal da Ordem, como Miguel Seabra Fagundes.

O general da reserva Octávio Costa, que havia sido cogitado por Tancredo Neves para a comissão constitucional, não teve seu nome incluído entre os membros da comissão. O presidente José Sarney não encaminhou convite ao general e ex-professor universitário, hoje em serviço de uma empresa privada.

Octávio Costa foi um dos primeiro militares que apoiaram a normalização político-institucional do País, e esse foi um dos motivos de sua preterição ao posto de general-de-exército, durante uma reunião do Alto Comando em que o então ministro Walter Pires deixou claro para os demais generais que não queria a sua promoção. Antes, o chefe de gabinete de Pires, general Sérgio de Ary Pires, já havia esvaziado a Secretaria-Geral do Exército, ocupada por Costa, à revelia do seu chefe.

A vereadora carioca, do PT, Benedita da Silva, que também havia sido incluída em uma lista preliminar dos membros da comissão constitucional, disse ontem que não se surpreendeu com o esquecimento do seu nome. Ela disse, ainda, que considera a comissão legítima, mas de pouca representatividade popular, apenas "uma comissão de notáveis".

O secretário do Trabalho do Rio de Janeiro, Carlos Alberto de Oliveira, também não se surpreendeu com a não inclusão do seu nome, enquanto o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse que a comissão constitucional é um dos "grandes erros da chamada Nova República, porque trata-se de uma comissão das elites".

Segundo um advogado do Rio, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, tentou inviabilizar a comissão, e informou a alguns juristas que seus nomes não constavam da lista encaminhada por Afonso Arinos ao presidente Sarney, em uma tentativa de criar atritos, mas sem conseguir êxito.